



EDUCAÇÃO OBRIGATÓRIA ATÉ 17 ANOS: O QUE FAZER COM O ENSINO MÉDIO?

Leonardo Claver Lima*
Silvia Regina dos Santos Coelho**
Candido Alberto Gomes***

Resumo

Com estatísticas de matrículas dos anos 2000 em diante, o artigo verifica matizes da situação educacional e ocupacional dos jovens que, por terem de 15 a 17 anos, deveriam estar cursando o ensino médio. O cenário aponta para a estagnação das matrículas totais e da Educação de Jovens e Adultos (EJA); esvaziamento da escola regular noturna; lento avanço da escolarização da faixa etária, pela retenção de alunos nos anos finais do ensino fundamental e na primeira série do ensino médio; informalidade do trabalho precoce, quando ocorre; número de jovens que não estudam nem trabalham e as mães como as mais assoladas pelo fracasso escolar.

Palavras-chave: Obrigatoriedade educacional. Ensino médio. Taxas de escolarização. Situação educacional e ocupacional.

Abstract

With enrollment statistics from the year 2000 on, the paper analyzes the nuances of the educational and occupational situation of young that, due to being from 15 to 17 years old, should be attending high school. The scenario points to the total enrollment and the Young and Adult Education (EJA) stagnation; the regular night school emptying; the slow schooling advance within this age group, due to the students retention in the final years of basic school and in the first year of high school; the early work informality, when it occurs; the number of young who do not study or work, and the mothers as the most desperate due to the school failure.

*Universidade Católica de Brasília. Cátedra Unesco de Educação, Juventude e Sociedade.
E-mail: leonardoclaver@gmail.com

**Universidade Católica de Brasília. Doutoranda em Educação.
E-mail: silvia.coelho@camara.leg.br

***Universidade Católica de Brasília. Doutor em Educação (PhD), Universidade da Califórnia, Los Angeles.
E-mail: clgomes@terra.com.br

Recebido para publicação em: 23.10.2015
Aprovado em: 13.11.2015

Keywords: Educational obligatoriness. High School. Schooling index. Educational and occupational situation.

Resumen

Con estadísticas de matrículas de los años 2000 en adelante, el artículo analiza los matices de la situación educativa y ocupacional de los jóvenes que, una vez que tienen de 15 a 17 años, deberían estar en la escuela secundaria. El escenario apunta al estancamiento de las matrículas totales y de la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA); el vaciamiento de la escuela regular nocturna; el lento avance de la escolaridad de este grupo de edad, por la retención de los estudiantes en los últimos años de la escuela primaria y en el primer año de la escuela secundaria; la informalidad del trabajo precoz, cuando se produce; el número de jóvenes que no estudian ni trabajan y las madres como las más desconsoladas por el fracaso escolar.

Palabras clave: Obligatoriedad educativa. Educación Secundaria. Tasas de escolarización. Situación educativa y ocupacional.

Introdução

A obrigatoriedade educacional chegou, finalmente, ao ensino médio. A Emenda Constitucional nº 59 (BRASIL, 2009), que entra em pleno vigor em 2016, ampliou o alcance da educação compulsória, antes restrita ao ensino fundamental, a toda a população entre 4 e 17 anos. Significa dizer que o direito público subjetivo, não um direito programático (GOMES et al., 2011), estende-se da pré-escola ao ensino médio e o Estado poderá ser responsabilizado pela ausência de vagas; de outro lado, os jovens terão o dever de estar na escola até o limite etário.

Apesar de avanços quantitativos no passado, as matrículas do ensino médio encontram-se estagnadas ou em redução nos anos recentes. Parte substancial dos alunos não passa do ensino fundamental para o médio. São em especial os que têm defasagem idade-série e condições socioeducacionais mais frágeis (LIMA, 2011; LIMA; GOMES, 2013; OLIVEIRA, 2007). Assim, não surpreende que o número médio de anos de estudo, em 2013, para a população de 15 anos e mais, tenha sido de 7,9, ou seja, não atingiu os oito do ensino fundamental. Essa média, porém, varia segundo região de domicílio e renda (BRASIL, 2014). Enquanto o Sul chega a 8,2, o Nordeste não ultrapassa 6,7 anos. Quanto à situação educacional da população em idade própria para o ensino médio (de 15 a 17 anos), a frequência à escola dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres é, respectivamente, de 91,9% e 81,2%, diferença de mais de dez pontos percentuais.



Diante desse quadro de matrículas declinantes, a presente pesquisa analisa e confronta dados estatísticos para responder indagações na agenda da sociedade, da mídia, dos governos e da comunidade acadêmica: 1) Que evidenciam as estatísticas disponíveis sobre a matrícula por modalidade e turno do ensino médio? 2) Quais os maiores gargalos enfrentados para corrigir o fluxo discente? 3) Qual a situação educacional e laboral dos jovens? 4) A capacidade de o ensino médio atrair alunos teria se reduzido? Utilizam-se séries estatísticas históricas de matrículas e indicadores educacionais fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), bem como dados extraídos de Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (Pnads) realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O ensino médio: para quem, para quê?

O ensino médio, como o próprio termo sugere, está no “meio” de oportunidades educacionais, isto é, do ensino fundamental e da educação superior. Seu currículo, historicamente enciclopédico, compartimentado e preparatório, é por si só acadêmico (PIMENTEL, 2015). Embora a educação geral muito contribua ao preparo profissional, jovens concluintes do nível médio têm dificuldades de inserção laboral (UZEDA, 2014). Assim, se faltam aspirações e possibilidades de acesso à educação superior, uma parte dos estudantes se sente deslocada e excluída: estudam três ou mais anos e se descobrem sem perspectiva. Então, por que sacrifícios se os resultados podem ser desapontadores? A escola média contempla os objetivos imediatos das juventudes, de todas as classes sociais ou se constitui de promessas difíceis de cumprir? A identidade do ensino médio provoca discussões dos alunos, educadores, acadêmicos, governos e mídia.

Investigações sugerem que a variedade de oportunidades formativas pode funcionar como “antídoto” contra o “veneno” que atinge o ensino médio: o desinteresse pelos estudos, que pode culminar na reprovação e, no limite, no afastamento por abandono, muitas vezes sem volta (NERI, 2009). Por isso mesmo, os dados evidenciam que a população potencial deixa vagas ociosas, embora seus retornos econômicos sejam expressivos. Parece que o preparo para o mundo do trabalho (SPARTA; GOMES, 2005) se restringe à educação superior. Mas quem procura o período noturno e a EJA tem necessidades imediatas e busca certificação e qualificação. Senão, menos aquinhoados socialmente, tendem a exercer ocupações mal remuneradas e cansativas, que podem colocar em risco a frequência escolar e a continuidade dos estudos (AGUIAR; CONCEIÇÃO, 2009; BRASIL, 2011; FRANCO; NOVAES, 2001).

Se o ensino médio isolado é acadêmico (o que é diferente de educação geral, para a vida, para aprender e conviver), a fim de alcançar o nível técnico, cumpre acrescentar ou cursar paralelamente a educação profissional. Quem chega com atraso escolar já tem outras necessidades. Como o custo de oportunidade cresce com a idade (isto é, o custo de estudar, em vez de

trabalhar, ou de estudar e também trabalhar), os que trabalham ficam logo excluídos da educação de tempo integral. Por outro lado, apesar dos avanços recentes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec) e da ampliação da Rede Federal, as oportunidades são poucas. Segundo o Inep¹, em 2014, apenas 14% das matrículas foram na educação profissional, subsequente ou concomitante ao ensino médio. Castro (2008) lembra que esse patamar é muito inferior ao observado nos Estados Unidos e na Europa, especialmente na França e na Alemanha, onde aproximadamente 30% dos alunos frequentam os chamados cursos profissionalizantes. No Brasil, sequer a possibilidade de integração entre os currículos propedêutico e profissionalizante alterou esse quadro, pois as matrículas nessa modalidade contabilizaram aproximadamente 4% dos registros, também em 2014.

O fracasso escolar é justo?

Muitos alunos fracassam, o que se manifesta em especial nas taxas de reprovação e afastamento por abandono. Dois funis são estratégicos: a passagem do ensino fundamental para o médio e a primeira série do ensino médio. Mas quais os critérios do fracasso? Essa pergunta reiterada, no caso do Brasil, que tem uma cultura de repetência, leva a constatações embaraçosas. Gomes (1999), sem qualquer tratamento sofisticado, cruzou os dados de reprovação com o desempenho médio dos alunos no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Ficou patente que o aproveitamento estava distante da taxa de reprovação, isto é, Unidades Federativas com alta reprovação tanto tinham alto como baixo rendimento e o mesmo ocorria com a baixa reprovação. A alta reprovação não levava a maior aproveitamento. Metaforicamente, tocava-se uma música e dançava-se outra, o que sugere alta subjetividade na avaliação das escolas brasileiras. Nada menos que 15 anos depois, Borges et al. (2015) atualizaram os dados e encontraram similar falta de sintonia, com redução da proficiência. No período, a taxa de reprovação aumentou e a de abandono, vista como “reprovação branca” (o aluno sai antes de reprovar no fim do ano) diminuiu. Verifica-se também o quanto os professores são influenciáveis por fatores como status socioeconômico, estigmas, disciplina e conformismo, talvez gênero, enfim, questões a investigar. Isso mostra quão duvidosa é a cultura escolar nos indicadores de fracasso. Por trás dos números, há realidades diferentes.

• • • • •
**A alta
 reprovação não
 levava a maior
 aproveitamento**
 • • • • •

Fracasso escolar, tédio e *décrochage*

A literatura mostra amplamente que os impactos do ambiente socioeconômico sobre o desempenho escolar tendem a ser majoritários. Porém, não se pode descurar dos fatores intraescolares. Quando a obrigatoriedade se alon-





ga e se torna educação de massa, prosseguir na escola pode ser um suplício legalmente compulsório. Então, emergem fracasso escolar e *décrochage*. O primeiro é mensurado em especial por baixo aproveitamento, reprovação, afastamento por abandono, evasão e repetência. Entretanto, a partir dos anos 2000, passou-se a investigar nuances desse fracasso, não facilmente apreensíveis pelas estatísticas. Foi em um sistema educacional de massa, com obrigatoriedade escolar até 16 anos de idade, na França, que emergiu o conceito de *décrochage*, ou afastamento, desligamento, desinteresse (BERNARD; MICHAUT, 2014; ESTERLE-HEDIBEL, 2006), que inclui o absentéismo, a oposição à escola, o desapontamento e a presença apenas física do estudante no estabelecimento, resultando no fracasso. Sistemas de massa precisam criar jogos de disfarce para manter as aparências. Com isso, o aluno e a escola cedem parcialmente, em soluções de compromisso. De fato, se adolescentes e jovens exercem papéis protagonistas, se desenvolvem a subjetividade e a autonomia, estabelece-se um desencontro entre o pertencimento à escola e a outros grupos (DUBET; MARTUCCELLI, 1996): uma coisa é ser sujeito, autônomo e protagonista; outra é ser como uma esponja, absorvendo conteúdos cobrados por exames internos e externos. Daí o aborrecimento na escola, conforme o conceito dos pioneiros Nizet e Hiernaux (1987). De fato, Charlot (2000) esclarece que só se aprende quando se deseja, não há coação que leve à aprendizagem. Por isso, é preciso acender e manter a chama do desejo, em outras palavras, da motivação e da resiliência.

Na mesma direção, Reis (2012) verificou que os adolescentes e jovens do ensino médio valorizam aprendizagens relacionais e afetivas, raramente encontradas na escola. Com efeito, é doloroso querer ser sujeito, mas tornar-se um número na multidão da escola massificada. Leão (2006), por sua vez, observou em jovens pobres certo desânimo com as oportunidades educacionais: algo como estar e não estar na escola, ou seja, “um conflito entre o discurso social sobre o valor da educação veiculado pela mídia, pelos educadores e políticos e a experiência cotidiana de uma escolarização sem sentido e sem destino” (LEÃO, 2006, p. 39).

Com a inclusão digital, a compressão do tempo e do espaço chega às diversas gerações, mais intensamente aos jovens. Estabelece-se, desse modo, o seu amplo descompasso com as rotinas da escola, consistentes, sobretudo, de exposição oral, em ritmo lento; de conteúdos ministrados como verdade relativamente imutáveis; de cultura gráfica estática, pobre de imagens e movimentos; de rigidez e compartimentação dos currículos. Trata-se de um desafio diante de uma organização segmentada em salas de aula, turmas por nível e professores em trabalho atomizado. É certo que tais características permitiram a ampliação do acesso com baixo custo durante a Revolução Industrial, usando estratégias em parte similares à da indústria e outras ainda com raízes medievais. Não é, pois, admirável que, no Brasil, tenham-se constatado conflitos entre os valores dos alunos e da escola, em um mundo onde frequentemente professores têm aversão aos alunos e vice-versa, enquanto diferentes grupos de colegas mostram recíproca aversão entre si, enfim, um local de mal-estar (ABRAMOVAY; RUAS, 2002).

Que revelam as estatísticas?

Os anos 1990 trouxeram ao Brasil legados inequívocos à educação. Durante toda a década, a sociedade assistiu, ano após ano, ao aumento das matrículas do ensino fundamental. E, como corolários, a expansão do número de concluintes e o avanço do fluxo pelo ensino médio. Análises que se debruçaram sobre os dados (GOMES et al., 2011; LIMA 2011; OLIVEIRA, 2007) trouxeram indícios a investigar. Quanto à universalização do ensino fundamental, a contribuição de Lima (2011) revela que se deveu sobremaneira ao incremento das matrículas de estudantes com distorção idade-série, que, somados aos discentes de 7 a 14 anos, fizeram fluir a movimentação escolar, levando a uma significativa ampliação do número de concluintes e de matrículas na primeira série do ensino médio. Entre 1990 e 1999, o primeiro dado avançou 133% e o segundo, 187%.

Com a universalização do ensino obrigatório de oito anos praticamente alcançada, o limiar da década de 2000 trazia consigo a expectativa de que a maior democratização de oportunidades se estenderia ao ensino médio. Contudo, os dados do Inep nos anos seguintes não confirmaram a expectativa. A Tabela 1 revela que as matrículas totais decaíram, entre 2005 e 2006, e desde então se estagnaram em cerca de 8,3 milhões. Diferenças significativas foram observadas na distribuição das matrículas entre os turnos diurno e noturno. Os registros nas turmas da noite decaíram continuamente. Enquanto em 2005, pouco mais de 50% das matrículas eram da escola regular diurna, em 2014, essa proporção ultrapassou os 70%.

Tabela 1 - Matrículas no ensino médio, segundo o turno e modalidade entre 2005 e 2014 (números em milhares)

Ano	EM regular total	EM regular diurno	EM regular noturno	EM EJA
2005	9.301	5.046	3.984	1.223
2006	8.907	5.090	3.817	1.751
2008	8.366	5.096	3.270	1.635
2009	8.337	5.250	3.087	1.547
2010	8.358	5.457	2.901	1.427
2011	8.401	5.653	2.748	1.364
2012	8.377	5.803	2.574	1.346
2013	8.313	5.972	2.340	1.325
2014	8.312	5.918	2.394	1.324

Fonte: Inep (2014a).

Nota: EM = Ensino Médio.

A que se atribui essa variação das matrículas entre os turnos? É provável que resulte do declínio da distorção idade-série no ensino médio diurno, revelada pela mesma base de dados. Também contribuíram as elevadas taxas de afastamento por abandono, ainda mais robustas na escola noturna, pois



nela, conforme Gonçalves, Passos e Passos (2005), muitos estudantes já chegam como que reprovados pelo cansaço da jornada laboral. E ser aluno-trabalhador aumenta consideravelmente o risco de insucesso acadêmico, quer pela reprovação, quer pelo afastamento por abandono, sendo a primeira razão, muitas vezes, o passo inicial que conduz à segunda (ARTES, 2010; BRANDÃO, 2000; CARVALHO, 2009).

Para enxergar mais distante, a Tabela 2 apresenta a composição das matrículas no ensino médio regular, segundo o turno e a região de domicílio dos estudantes. A tendência de decréscimo absoluto e relativo das matrículas no turno da noite é observada em todas elas, chamando à atenção o caso do Nordeste, onde as matrículas noturnas diminuíram praticamente 50% entre 2007 e 2014. Estudo recente, limitado a 2013, mostra que os Estados de Pernambuco, Piauí e Alagoas foram os que mais perderam alunos no turno da noite (ENSINO..., 2015). A mesma pesquisa traz importante conclusão, desconsiderando variações inter-regionais: enquanto no ensino médio regular diurno a taxa de afastamento por abandono foi de 4,7%, no noturno alcançou 14,5%, prova de que a fuga da escola regular noturna é muito mais significativa.

Tabela 2 - Matrículas no ensino médio regular diurno e noturno, segundo a região, entre 2007 e 2014 (números absolutos em milhares)

Região	Turno	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Varição (%) 2007-14
Norte	Diurno	400	410	431	461	483	509	525	549	+37,2
	Noturno	330	304	292	277	270	262	253	239	-27,4
Nordeste	Diurno	1.398	1.469	1.507	1.543	1.608	1.643	1.675	1.703	+21,8
	Noturno	1.127	1.067	1.005	881	793	710	635	563	-49,9
Sudeste	Diurno	2.012	2.091	2.143	2.243	2.330	2.391	2.443	2.584	+28,4
	Noturno	1.340	1.284	1.213	1.188	1.148	1.082	1.002	873	-35,0
Sul	Diurno	722	740	754	774	782	797	812	836	+15,8
	Noturno	424	403	379	364	355	343	334	320	-26,4
Centro-Oeste	Diurno	382	384	412	435	448	459	462	475	+24,3
	Noturno	229	209	196	187	179	174	167	153	-33,2

Fonte: Inep (2014b).

As perdas foram maiores no Nordeste e no Sudeste, que contrastam em indicadores econômicos e sociais. O Norte teve o maior incremento do período diurno, provavelmente por ter número menor como ponto de partida. E aonde vão os que abandonam a escola regular noturna? Somam-se aos que deixam os estudos definitivamente, aos que a ela retornam posteriormente ou aos que buscam alternativas para a conclusão do ensino médio, notadamente a EJA? Na série histórica apresentada na Tabela 1, poucas variações foram observadas nas matrículas dessa modalidade, que ficaram praticamente estáveis no período, oscilaram por volta de 1.300 milhares. Esse dado sugere que, nos últimos anos, a EJA tem sido procurada por quantidade similar de estudantes

com pretensões e perfis parecidos: têm defasagem idade-série, passaram pela escola regular diurna e noturna e, no afã de concluir o Ensino Médio, veem a EJA como última alternativa, pois no imaginário estudantil o currículo e a capacitação dos professores são frágeis, abrindo possibilidades ao sucesso escolar, ainda que seus certificados sejam socialmente subalternizados (DI PIERRO, 2008).

A propósito do sucesso escolar, a Tabela 3 apresenta os indicadores de uma de suas principais antagonistas: a perda de efetivos discentes nos anos finais do ensino fundamental, na primeira série e ao longo do ensino médio regular, isto é, o percentual de alunos que, matriculados em um ano, nele não foram aprovados, quer por terem sido reprovados, quer por terem abandonado os estudos. No cotejo dos dados, é possível verificar que os anos finais do ensino fundamental são gargalos difíceis de superar, apesar da tendência de diminuir a não aprovação, ano a ano, em todas as regiões.

Entretanto, para explicitar a influência do nível socioeconômico sobre os resultados acadêmicos, apenas no Norte e no Nordeste, uma proporção próxima a 20% de discentes não foram aprovados nos anos finais do ensino fundamental em qualquer momento considerado. Chamam a atenção, além disso, outras diferenças inter-regionais. Enquanto, em 2014, 7,8 % dos alunos do Sudeste que cursavam os anos finais do ensino fundamental não foram aprovados, no Nordeste, essa proporção alcançou 20,3%. Logo, apesar da universalização da matrícula e da gradativa correção do fluxo, ultrapassar as barreiras do ensino fundamental permanece tarefa árdua, especialmente para estudantes das regiões socioeconomicamente menos favorecidas e para os discentes que, por estarem na faixa dos 15 aos 17 anos, deveriam estar cursando o ensino médio (BRASIL, 2011; LIMA; GOMES, 2013; VOLPI; SILVA; RIBEIRO, 2014).

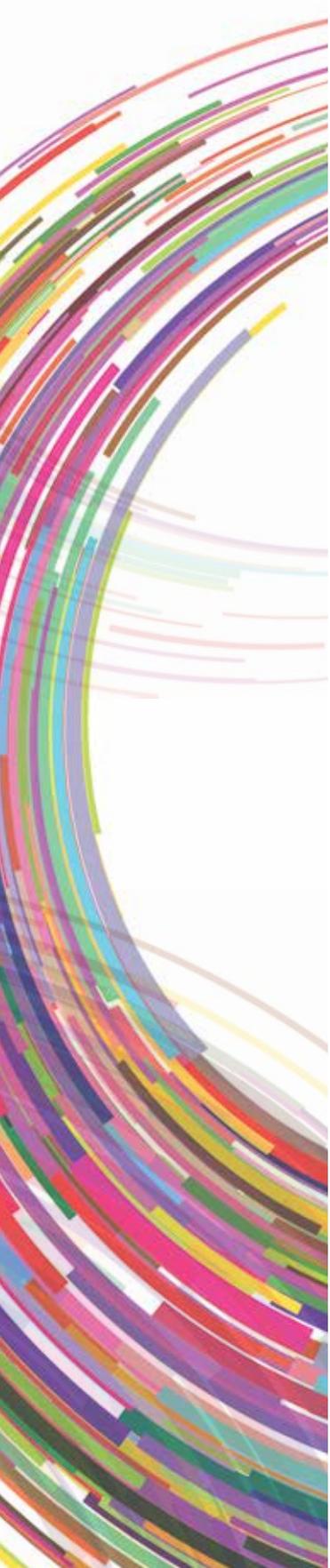
Tabela 3 - Taxa de perda de efetivos discentes, segundo a região, nos anos finais do ensino fundamental, na 1ª série do ensino médio e no total do ensino médio – 2007 – 2014 (em %)

Norte	Anos finais do EF	22,9	22,6	20,8	19,4	18,3	18,8	18,3	18,4
	1ª série EM	39,6	35,4	33,3	30,2	29,4	29,2	26,1	25,5
	Total EM	33,0	28,4	27,0	24,8	24,0	23,8	20,9	20,5
Nordeste	Anos finais do EF	27,4	17,3	24,5	18,0	22,3	21,5	20,4	20,3
	1ª série EM	36,2	35,3	32,8	30,3	30,3	28,8	27,0	27,8
	Total EM	28,4	27,7	26,0	24,8	23,4	22,3	20,7	20,9
Sudeste	Anos finais do EF	12,9	12,3	10,8	9,6	8,8	8,6	8,0	7,8
	1ª série EM	29,7	29,0	29,4	28,0	28,6	26,3	24,1	22,9
	Total EM	23,7	22,6	22,2	21,0	21,3	19,4	17,4	16,9
Sul	Anos finais do EF	17,8	18,8	17,8	17,6	16,5	16,5	16,4	15,7
	1ª série EM	33,2	33,4	32,2	31,3	31,1	29,7	30,2	29,5
	Total EM	24,1	24,6	23,3	21,5	22,3	21,4	21,3	21,1
Centro-Oeste	Anos finais do EF	19,6	18,4	16,7	16,9	13,7	13,5	11,5	12,0
	1ª série EM	34,2	33,0	33,4	31,7	32,6	32,8	30,8	30,8
	Total EM	26,6	25,9	25,9	23,6	24,4	23,8	22,6	22,4

Fonte: Inep (2014c).

Nota: EF = Ensino Fundamental.

Os anos finais do ensino fundamental são gargalos difíceis de superar



Os anos finais do ensino fundamental vão do sexto ao nono ou séries correspondentes (quinta à oitava). Verifica-se que as perdas de efetivos discentes resultam da soma dos reprovados e dos afastados por abandono. A mesma tabela mostra que, superado o primeiro gargalo, outro imediatamente se apresenta aos que concluem o ensino fundamental: a primeira série do ensino médio. Independentemente da região, há grande represamento de efetivos discentes, em proporção superior não apenas à dos anos finais do ensino fundamental, mas também à do total do ensino médio. Assim, ao ingressar nesse nível, os estudantes, mais autônomos, podem optar por seguir ou não em frente, aparentemente funcionando essa série como espécie de depurador dos aptos a encarar o currículo majoritariamente propedêutico e adverso às culturas juvenis.

Por outro lado, vencido o segundo obstáculo, a conclusão da educação básica torna-se tarefa mais fácil, pois tanto a reprovação quanto o afastamento por abandono são inferiores na segunda série e, ainda mais, na terceira. De qualquer forma, à exceção do Sudeste, em todas as regiões e em todos os anos da série histórica, mais de 20% dos discentes foram reprovados ou se afastaram por abandono do ensino médio, o que dificultou a regularização do fluxo escolar, no qual deveriam estar todos os jovens de 15 a 17 anos.

Os jovens de 15 a 17 anos: matizes de um gargalo a superar

Deveriam, mas não estão. A Tabela 4 apresenta importantes indicadores da situação educacional desses jovens adolescentes: a taxa de matrícula bruta (TB); a taxa de matrícula líquida (TL) e a taxa de frequência à escola (TF). Conforme as análises de Oliveira (2007) e Lima (2011), são indicadores do fluxo escolar no ensino médio, que aponta o percentual de jovens na faixa própria nele matriculados (TL) ou que estão matriculados no ensino fundamental ou médio (TF), além de permitir comparações das matrículas com as proporções da faixa etária de 15 a 17 anos (TB).

Assim, observa-se que, de 2007 a 2013, o percentual de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio (TL) avançou 7,1 pontos percentuais: passou de 48,0% para 55,1%. É um avanço considerável, mas, o confronto com a frequência à escola (TF), no ensino fundamental ou médio, no mesmo período, traz mais clareza à análise. Como o acréscimo é de apenas 2,1 pontos percentuais, diminuem significativamente os motivos para festejos. Ao tomar o último dado disponível, de 2013, o quadro delineado é o seguinte: 84,3% da faixa etária estudam, mas apenas 55,1% frequentam a escola média, o que denuncia o grande represamento desses jovens nos anos finais do ensino fundamental. Não apenas isso: 15,7% desses indivíduos estão fora da escola (1,7 milhão), tomada a população constante da Tabela 5.

Ademais, os dados corroboram a literatura que aponta a precariedade educacional mais acentuada no Norte e Nordeste (BRASIL, 2011; CORBUCCI,

2011), onde se verificam não apenas a menor frequência ao ensino médio na idade correta, mas também o maior quantitativo de jovens que encontram dificuldades de concluir o ensino fundamental ou que não estudam. De qualquer forma, em todo o Brasil, os dados apontam entraves para a universalização do ensino médio, já que no cenário ideal (OLIVEIRA, 2007), as taxas de matrícula líquida e de escolarização deveriam ser ambas de 100%, isto é, todos os jovens de 15 a 17 anos deveriam frequentar não apenas a escola, em qualquer nível ou modalidade, mas o ensino médio regular.

Tabela 4 - Taxas de matrícula bruta, líquida e de escolarização da população de 15 a 17 anos, segundo a região, entre 2007 e 2013 (em %)

Região	Variável	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Brasil	TB	82,6	85,5	83,0	82,2	83,2	83,5
	TL	48,0	50,4	50,9	51,6	54	55,1
	TF	82,1	84,1	85,2	83,7	84,2	84,3
Norte	TB	75,2	83,3	80,3	79,8	81,5	82,2
	TL	36,0	39,7	39,1	41,2	42,4	44,9
	TF	80,1	81,8	83,8	83,2	84,1	84,1
Nordeste	TB	79,4	78,7	77,4	77,9	78,2	79,6
	TL	34,5	36,4	39,2	42,6	44,8	46,2
	TF	80,8	82,8	84,0	83,1	83,2	83,1
Sudeste	TB	87,5	91,6	88,5	85,3	87,9	86,8
	TL	58,8	61,9	60,5	59,6	62,5	62,9
	TF	84,3	86,5	87,8	84,7	85,8	85,9
Sul	TB	79,9	83,4	81,1	80,4	79,9	82,3
	TL	55,0	56,4	57,4	55,1	57,1	59,3
	TF	80,7	82,4	82,9	82,2	81,7	83,4
Centro-Oeste	TB	84,4	88,0	86,1	91,5	88,2	86,0
	TL	49,6	51,8	54,7	56,8	58,5	57,4
	TF	81,7	83,4	83,3	85,2	84,5	83,7

Fonte: IBGE (2013a).

Se a situação educacional dos jovens na faixa etária é preocupante, a investigação de matizes de seu status ocupacional traz mais clareza à análise. A Tabela 5 apresenta dados de um dos fatores que contribuem para o acentuado insucesso escolar no ensino médio, destacadamente o afastamento por abandono: a inserção laboral precoce e as condições do trabalho eventualmente desenvolvido pelos jovens de 15 a 17 anos, segundo a região de domicílio, além dos dados nacionais na série histórica 2007-2013.

De pronto, nota-se que o crescimento dessa população apresenta sinais de estagnação, passou de 10.402 a 10.642 milhares, de 2007 a 2013. Essa tendência independe da região considerada – em todo o Brasil, em consonância com a diminuição da taxa de natalidade e com o aumento da expectativa



de vida, o número proporcional de jovens tende a estagnar. Logo, as matrículas não se reduziram porque a população jovem diminuiu, isso acontecerá a médio e longo prazos (GOMES et al., 2011). Ao analisar a linha seguinte, vê-se que essa população, em todas as regiões, praticamente não foi atingida pelo analfabetismo, confirmação do estudo de Souza (1999), segundo o qual, até 2020, o analfabetismo praticamente se restringirá à população idosa, destacadamente a residente em bolsões de pobreza.

Em relação às pessoas economicamente ativas (que trabalham ou buscam trabalho), em nenhuma região o percentual supera os 50%. Em todas, registra-se tendência declinante de jovens com potencial para ingresso imediato no mundo do trabalho. A mesma tendência se identifica na população ocupada, pois não mais que 38,3% dos jovens de 15 a 17 anos, em 2007 no Sudeste, efetivamente trabalhavam. A inserção laboral é notadamente informal e subalternizada (até porque a idade mínima de admissão ao trabalho é de 16 anos): a proporção dos que contribuam para instituto de previdência não chegou a 2% em todo o período, considerada a proporção nacional.

Entretanto, quanto a esse indicador, há variações inter-regionais muito significativas: enquanto no Nordeste e no Norte o maior percentual de contribuintes foi de 1% em 2012 e 1,8% em 2013, respectivamente, no Centro-Oeste alcançou 9,1% em 2012 e, no Sul, 11,4% em 2013. Assim, os jovens das regiões socioeconomicamente menos favorecidas, quando trabalham, tendem, ainda mais, ao exercício de ofícios à margem da formalidade, como apontou análise recente (BRASIL, 2011).

Tabela 5 - População de 15 a 17 anos, segundo o quantitativo total, e situação ocupacional entre 2007 e 2013 (números absolutos em milhares)

Região	Variável	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Brasil	População Residente	10.402	10.513	10.513	10.715	10.590	10.642
	População Alfabetizada (%)	97,1	97,2	97,4	98,7	99,0	99,2
	Economicamente Ativa (%)	38,6	36,3	36,0	31,3	32,0	28,5
	Ocupada (%)	29,8	28,8	28,3	24,1	25,2	22,0
	Contribuintes (%)	0,04	0,037	0,035	0,04	0,056	0,05
Norte	População Residente	991	1.091	991	1.091	1.027	1.061
	População Alfabetizada (%)	97,7	91,4	97,9	98,6	98,5	99,0
	Economicamente Ativa (%)	34,3	30,7	31,9	31,1	29,8	26,8
	Ocupada (%)	29,9	26,6	26,4	26,4	25,1	21,5
	Contribuintes (%)	1,4	1,5	0,4	1,5	1,6	1,8
Nordeste	População Residente	3.180	3.175	3.282	3.335	3.289	3.231
	População Alfabetizada (%)	96,4	96,5	97,3	97,9	98,1	98,6
	Economicamente Ativa (%)	37,4	34,0	34,7	29,0	30,0	27,0
	Ocupada (%)	32,6	32,6	28,8	23,2	24,9	21,5
	Contribuintes (%)	0,5	0,6	0,2	0,7	1,0	0,7

(continua)

(continuação)

Sudeste	População Residente	3.953	4.015	3.939	4.041	4.034	4.149
	População Alfabetizada (%)	99,1	99,3	99,1	99,2	99,5	99,5
	Economicamente Ativa (%)	38,3	35,7	35,0	30,6	30,9	27,0
	Ocupada (%)	32,6	32,6	24,3	21,7	23,0	19,7
	Contribuintes (%)	6,1	5,3	2,5	6,5	7,3	6,6
Sul	População Residente	1.412	1.434	1.510	1.491	1.458	1.410
	População Alfabetizada (%)	99,3	99,2	99,4	99,3	99,6	99,3
	Economicamente Ativa (%)	47,5	43,3	42,7	38,0	39,1	36,5
	Ocupada (%)	37,6	35,2	33,6	30,8	31,4	29,1
	Contribuintes (%)	8,2	7,5	4,5	10,6	11,4	11,4
Centro-Oeste	População Residente	753	761	792	757	781	792
	População Alfabetizada (%)	99,3	98,6	84,4	99,4	99,7	99,4
	Economicamente Ativa (%)	39,5	40,6	39,5	32,9	34,3	31,7
	Ocupada (%)	29,4	31,6	27,5	25,0	27,1	24,2
	Contribuintes (%)	4,5	5,3	2,3	7,1	9,1	6,8

Fonte: IBGE (2013b).

Já que são significativos os valores absolutos e relativos dos indivíduos nessa faixa etária que, de um lado, não estudam e, de outro, não trabalham, importa investigar o perfil educacional dos que acumulam as duas situações desfavoráveis: os chamados “nem-nem”. Que se pode afirmar sobre sua incipiente trajetória escolar? Que possibilidades e limites podem ser desvendados? Os dados da Tabela 6, limitados à série histórica 2012-2013, com o maior nível de desagregação disponibilizado até o momento, contribuem para esclarecer esse nó do ensino médio (CARNEIRO, 2012). Entre eles prevalecem os que sequer concluíram o ensino fundamental, mazela maior para os rapazes (45,6%, em 2012; e 44,3%, em 2013), já que, nos mesmos anos, respectivamente, 37,4% e 37,6% das moças estavam retidas nesse nível de ensino. Também a conclusão do ensino fundamental, a frequência e a conclusão do ensino médio prevaleceram entre as jovens, como provável consequência do término do ensino fundamental, das vantagens acadêmicas das meninas, que, no turbilhão de fatores que compõem a avaliação educacional, são consideradas, de acordo com numerosos estudos, mais dedicadas aos estudos, mais submissas às regras escolares e, até mesmo, mais asseadas e caprichosas que os rapazes (BRITO, 2006; CARVALHO, 2009; SILVA et al., 1999). Em outras palavras, os “nem-nem” são os maiores candidatos à exclusão socioeconômica.

Tabela 6 - Situação educacional da população de 15 a 17 anos que nem estuda nem trabalha, segundo o sexo, entre 2012 e 2013 (valores absolutos e em %)

	2012	2013	2012	2013	2012	2013
	Total		Sexo masculino		Sexo feminino	
Sem instrução	93.307 (7,7)	94.393 (6,9)	48.488 (9,6)	52.916 (9,5)	44.819 (6,3)	41.477 (5,1)
Fundamental incompleto ou equivalente	497.085 (40,8)	550.061 (40,3)	229.775 (45,6)	246.959 (44,3)	267.310 (37,4)	303.102 (37,6)

(continua)

(continuação)

Fundamental completo ou equivalente	202.194 (16,6)	209.188 (15,3)	70.157 (13,9)	74.618 (13,4)	132.037 (18,5)	134.570 (16,7)
Médio incompleto ou equivalente	153.507 (12,6)	157.401 (11,5)	49.427 (9,8)	55.499 (9,9)	104.080 (14,6)	101.902 (12,6)
Médio completo, superior incompleto ou equivalente	272.860 (22,4)	353.012 (25,9)	105.967 (21)	127.843 (22,9)	166.893 (23,3)	225.169 (27,9)
Total	1.218.953 (100,0)	1.364.055 (100,0)	503.814 (100,0)	557.835 (100,0)	715.139 (100,0)	806.220 (100,0)

Fonte: IBGE (2013c).

A situação se inverte, entretanto, quando considerado o itinerário escolar das jovens que já tiveram filhos. Os dados da Tabela 7 são categóricos. Nessa faixa etária, mais de 55% das mães que nem trabalhavam nem estudavam não possuíam instrução alguma ou sequer haviam concluído o ensino fundamental. Mais ainda, um percentual não maior que 24% delas havia concluído o ensino fundamental ou médio. Assim, as vantagens acadêmicas associadas ao sexo feminino no ensino fundamental, bem como sua tendência de favorecer o fluxo das moças em toda a educação básica, não se lhes aplicam, como desfavorecem as jovens mães em relação aos rapazes, evidenciando que a gravidez precoce, dos 15 aos 17 anos, é, possivelmente, o gargalo mais estreito a superar rumo à universalização do acesso ao ensino médio (BRASIL, 2011; VOLPI; SILVA; RIBEIRO, 2014). São elas, com seus filhos, as mais fortes candidatas à exclusão e ao círculo vicioso da pobreza.

Tabela 7 - Situação educacional das jovens de 15 a 17 anos que já tiveram filhos e que não trabalham nem estudam, entre 2012 e 2013 (em números absolutos e em %)

	2012	2013
	Total	
Sem instrução ou com ensino fundamental incompleto	123.424 (56,3)	142.638 (55,4)
Ensino fundamental completo	46.554 (21,2)	61.641 (24,0)
Ensino médio incompleto ou completo	49.430 (22,5)	53.033 (20,6)
Total	219.408 (100)	257.312 (100)

Fonte: IBGE (2013d).

Considerações finais

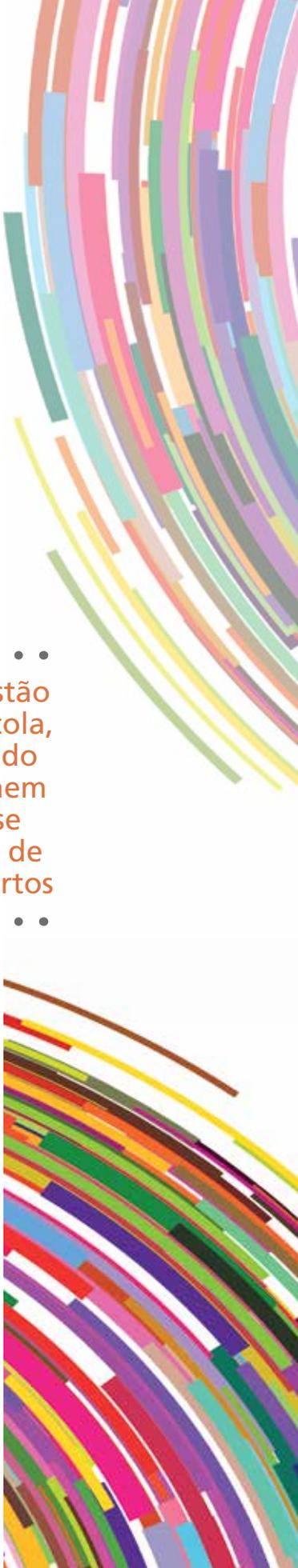
Historicamente apanágio das elites, o ensino médio, nas últimas décadas, conheceu significativos avanços no acesso. Entretanto, o considerável aumento das matrículas observado nos anos 1990 teve fôlego curto, pois as matrículas totais na escola média encontram-se praticamente estagnadas desde 2005. Por outro lado, a desagregação dos dados mais recentes revela que, mesmo diante desse quadro, há tendência de correção do fluxo escolar

na escola diurna, o que afeta imediatamente a composição das matrículas no turno da noite, que decresceram fortemente na década de 2000. Entretanto, enquanto aparentemente se verifica o gradativo esvaziamento do ensino médio regular noturno, as matrículas na EJA permaneceram estáveis no mesmo período. Não se pode ainda, no entanto, sugerir, aqui, o deslocamento de uma opção formativa para outra em busca de facilidades curriculares e diminuição do tempo para a conclusão da educação básica. Isso certamente não ocorre por falta de população subescolarizada. De qualquer modo, são hipóteses a serem investigadas.

O cenário delineado para o ensino médio, agora com a obrigatoriedade escolar até 17 anos, está cheio de obstáculos a superar. Como a população de 15 a 17 anos permaneceu estável nos últimos anos, sua participação relativa nas matrículas no ensino médio regular pouco avançou de 2007 a 2013, no momento em que se espera que toda ela não apenas estude, mas frequente a escola regular diurna. Na contramão da pretendida democratização de oportunidades educacionais, em 2013, somente 55,1% da população do grupo etário frequentavam o ensino médio, ao passo que 84,3% estudavam. Significa dizer que, mesmo universalizado quanto à matrícula, especialmente os anos finais do ensino fundamental ainda retêm considerável parte dos que deveriam estar cursando o ensino médio. Não apenas isso: 15,7% dos jovens adolescentes elegíveis ao ensino médio estão fora dos bancos escolares, proporção que pouco avançou desde o estudo empreendido por Oliveira (2007).

Aos que estão fora da escola, o mundo do trabalho nem sempre se apresenta de braços abertos. Em nenhuma região do país, mais de 50% desses jovens trabalhavam no período investigado. Quando exercida, os dados cotejados evidenciaram que a atividade laboral era precária e informal, sobretudo no Norte e no Nordeste, onde não mais que 2% dos indivíduos, entre 2007 e 2013, trabalhavam com carteira assinada. Com dura rotina de trabalho pela frente, não surpreende que, exatamente nessas regiões, especialmente no Norte, mais estudantes frequentassem a escola noturna, embora não por muito tempo, pois daí ao abandono dos estudos, ainda no ensino fundamental, o passo tendia a ser curto. Paradoxalmente, como as exigências de escolaridade para o trabalho tendem a subir, um fator favorável à ampliação da escola compulsória será a própria dificuldade de encontrar trabalho, que levará parte dos jovens a permanecer na escola. Isso significa que o custo de oportunidade (trabalhar x estudar) diminui e, por esse motivo, os jovens poderão permanecer na trajetória escolar por mais tempo. Nesse caso, encontrarão os obstáculos intraescolares.

Ultrapassada a barreira do ensino fundamental, os dados revelaram que transpor a primeira série do ensino médio era caminho ainda mais árduo, pois nela se concentraram os mais altos níveis de represamento de efetivos discentes. Assim, ao se depararem com o ensino médio, muitos estudantes, em vez de avançar, aparentemente ficaram estagnados. Com efeito, a literatura constatou a elevada insatisfação dos jovens com o currículo excessivo e



• • • • •

**Aos que estão
fora da escola,
o mundo do
trabalho nem
sempre se
apresenta de
braços abertos**

• • • • •

propedêutico, com o tempo lento da escola, que, em pleno mundo digital, permanece a adotar a linguagem escrita como majoritária. Na precisa expressão de Krawczyk (2003), a escola média tradicional e as culturas juvenis parecem não entrar, de fato, em consenso.

Finalmente, no limite do ostracismo estudantil e ocupacional, merecem ênfase as elevadas proporções de jovens de 15 a 17 anos que não trabalhavam nem estudavam no período 2012-2013. Nesse grupo, embora de forma geral os rapazes tivessem histórico escolar menos precário, as jovens mães possuíam formação irrisória, mais da metade delas tinha sequer concluído o ensino fundamental, condição difícil para ingressarem no trabalho. Possivelmente, esse será um dos grupos mais difíceis ou o mais difícil para cumprir a ampliação da obrigatoriedade educacional.

Nota

¹Dados disponíveis em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>> Acesso em: 22 set. 2015.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violências nas escolas**. Brasília, DF: Unesco, 2002.

AGUIAR, Fernando Henrique Rezende; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo. Expectativas de futuro e escolha vocacional em estudantes na transição para o ensino médio. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 105-115, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902009000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 12 set. 2015.

ALGEBAILLE, Eveline. Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 143, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742011000200018>. Acesso em: 15 set. 2015.

ARTES, Amélia Cristina Abreu; CARVALHO, Marília Pinto de. O trabalho como fator determinante da defasagem escolar dos meninos no Brasil: mito ou realidade? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 34, p. 41-47, 2010.

BERNARD, Pierre-Yves ; MICHAUT, Christophe. "Marre de l'école": les motifs de décrochage scolaire. **Les Notes du CREN**, n. 17, mars 2014.

BORGES, Patricia et al. Sobre o sucesso e o fracasso no ensino médio em 15 anos (1999 e 2014). **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, [2015]. No prelo.

BRANDÃO, Zaia. Fluxos escolares e efeitos agregados pelas escolas. **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 17, n. 71, p. 41-48, 2000.

BRASIL. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **As desigualdades na escolarização no Brasil**: relatório de observação n. 5. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/desenvolvimento/wp-content/uploads/2014/11/CDES_Relat%C3%B3rio_de_Observa%C3%A7%C3%A3o_5_2014.pdf> Acesso em 5 set. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Brasília: **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 nov. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso em: 24 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Jovens de 15 a 17 anos no ensino fundamental**: caderno de reflexões. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12624%3Aensino-fundamental&Itemid=859>. Acesso em: 11 set. 2015.

BRITO, Rosemeire dos Santos. Intrincada trama de masculinidades e feminilidades: fracasso escolar dos meninos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 129-149, 2006.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O nó do ensino médio**. São Paulo: Vozes, 2012.

CARVALHO, Marília Pinto de. **Avaliação escolar, gênero e raça**. Campinas: Papirus, 2009.

CASTRO, Claudio de Moura. O ensino médio: órfão de ideias, herdeiro de equívocos. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 113-124, 2008.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Evolução e desigualdade na educação brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 673-697, 2009.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Dimensões estratégicas e limites do papel da educação para o desenvolvimento brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, 2011.

DI PIERRO, Maria Clara. Educação de jovens e adultos na América Latina e Caribe: trajetória recente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 134, p. 367-391, 2008.

DI PIERRO, Maria Clara. A educação de jovens e adultos no plano nacional de educação: avaliação, desafios e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, 2010.

DUBET, François; MARTUCCELLI, Danilo. **À l'école**: sociologie de l'expérience scolaire. Paris: Seuil, 1996.

B. Tec. Senac, Rio de Janeiro, v. 41 n. 3, p. 70-89, set./dez. 2015.



DUÉE, Michel. L'impact du chômage des parents sur le devenir scolaire des enfants. **Révue Économique**, v. 56, n. 3, p. 637-646, 2005.

ENSINO médio noturno: uma análise da disparidade dos alunos e a qualidade de ensino no período da noite em comparação com o turno matutino. São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 2015. Disponível em: <<http://educacaosec21.org.br/wp-content/uploads/2013/07/EM-noturno.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2015.

ESTERLE-HEDIBEL, Maryse. Absentéisme, déscolarisation, décrochage scolaire, les apports des recherches récentes. **Déviance et Société**, v. 30, n. 1, p. 41-65, 2006.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa; NOVAES, Gláucia Torres Franco. Os jovens do ensino médio e suas representações sociais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 112, p. 167-183, 2001.

GOMES, Candido Alberto. Sucesso e fracasso no ensino médio. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 24, p. 259-280, jul./set. 1999.

GOMES, Candido Alberto da Costa et al. Ensino médio: decifra-me ou te devoro. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 49-59, 2011.

GONÇALVES, Lia Rodrigues; PASSOS, Sara Rozinda Martins Moura Sá dos; PASSOS, Álvaro Mariano dos. Novos rumos para o ensino médio noturno: como e por quê? **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 48, p. 345-360, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v13n48/27554.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2015.

GUNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

IBGE. **Séries históricas e estatísticas**: PNAD, 2007-2013. Rio de Janeiro, 2013a. Tabulações IBGE/PNAD. Taxas de Matrícula Bruta, Líquida e de Escolarização da população de 15 a 17 anos, segundo a Região, 2007-2013 (em %). Disponíveis em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=2&no=7>. Acesso em: 22 set. 2015.

IBGE. **Síntese de indicadores**: PNAD, 2012-2013. Rio de Janeiro, 2013b. Tabulações PNAD/IBGE. População de 15 a 17 anos, segundo o quantitativo total, e situação ocupacional (números absolutos em milhares) - 2007-2013. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>>. Acesso em: 22 set. 2015.

IBGE. **Síntese de indicadores**: PNAD, 2012-2013. Rio de Janeiro, 2013c. Tabulações PNAD/IBGE, Situação educacional da população de 15 a 17 anos que não estuda nem trabalha, segundo o sexo (valores absolutos e em %), 2012-2013. Disponíveis em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>>. Acesso em: 22 set. 2015.

IBGE. **Síntese de indicadores**: PNAD, 2012-2013. Rio de Janeiro, 2013d. Tabulações PNAD/IBGE. Situação educacional das jovens de 15 a 17 anos que já tiveram filhos e que não trabalham nem estudam (em números absolutos e em %), 2012-2013. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>>. Acesso em: 22 set. 2015.

INEP. **Censos da educação básica**. Brasília, DF, 2014a. Tabulações do INEP/MEC. Matrículas no ensino médio, segundo o turno e modalidade (números em milhares) 2005-2014.

Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>> Acesso em: 22 set. 2015.

INEP. **Censos da educação básica**. Brasília, DF, 2014b. Tabulações do INEP/MEC. Matrículas no ensino médio regular diurno e noturno, segundo a Região – 2007- 2014 (números absolutos em milhares). Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 22 set. 2015.

INEP. **Indicadores educacionais**. Brasília, DF, 2014c. Tabulações do INEP/MEC. Taxa de Perda de Efetivos Discentes, Segundo a Região, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, na 1ª Série do Ensino Médio e no Ensino Médio – 2007–2014 (em %). Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 22 set. 2015.

KRAWCZYK, Nora. A escola média: um espaço sem consenso. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 120, p. 169-202, 2003. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/n120/a120n120.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2015.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 31-48, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n1/a03v32n1.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2015.

LIMA, Leonardo Claver Amorim. Da universalização do ensino fundamental ao desafio de democratizar o ensino médio em 2016: o que evidenciam as estatísticas? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 92, n. 231, p. 268-284, 2011.

LIMA, Leonardo Claver Amorim; GOMES, Candido Alberto. Ensino médio para todos: oportunidades e desafios. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 94, n. 238, p. 745-769, 2013.

NERI, Marcelo (Coord.). **O tempo de permanência na escola e as motivações dos sem-escola**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cps/tpemotivos/>>. Acesso em: 2 set. 2015.

NIZET, J.; HIERNAUX, J. **Aborrecimento dos jovens na escola**. Porto: Rés Ed., 1987.

OLIVEIRA, Adriano Machado; TOMAZETTI, Elisete M. Quando a sociedade de consumidores vai à escola: um ensaio sobre a condição juvenil no ensino médio. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 44, p. 181-200, 2012.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. O ensino médio diante da obrigatoriedade ampliada: que lições podemos tirar de experiências observadas? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 91, n. 228, p. 269-290, 2010.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 661-690, 2007.

OSWALD, Hans; KRAPPMANN, Lothar. Soziale Ungleichheit in der Schulklasse und Schulerfolg: Eine Untersuchung in dritten und fünften Klassen Berliner Grundschulen. **Zeitschrift für Erziehungswissenschaft**, v. 7, n. 4, p. 479-496, 2004. Disponível em: <<http://www.mendeley.com/research/soziale-ungleichheit-der-schulklasse-und-schulerfolg/>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

B. Tec. Senac, Rio de Janeiro, v. 41 n. 3, p. 70-89, set./dez. 2015.



PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo. **Ensino médio**: contradições conceituais. Curitiba: CRV, 2015.

REIS, Rosemeire. Experiência escolar de jovens/alunos do ensino médio: os sentidos atribuídos à escola e aos estudos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 637-652, 2012. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1517-97022012000300007&script=sci_arttext>. Acesso em: 9 ago. 2015.

SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno (Ed.). **Situação educacional dos jovens brasileiros na faixa etária dos 15 a 17 anos**. Brasília, DF: Inep, 2009.

SILVA, Cármen Duarte da et al. Meninas bem-comportadas, boas alunas: meninos inteligentes, indisciplinados. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 107, p. 207-225, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a09.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

SOUSA, Sandra Zákia; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Ensino médio noturno: democratização e diversidade. **Educar**, Curitiba, n. 30, p. 53-72, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602008000100005>. Acesso em: 23 ago. 2015.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho. O analfabetismo no Brasil sob enfoque demográfico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 107, p. 169-186, 1999.

SPARTA, Mônica; GOMES, Willian B. Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 45-53, 2005. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/museupsi/lafec/16.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015.

UHLIG, Johannes; SOLGA, Heike; SCHUPP, Jürgen. Bildungsungleichheiten und blockierte Lernpotenziale: Welche Bedeutung hat die Persönlichkeitsstruktur für diesen Zusammenhang? **Zeitschrift für Soziologie**, v. 38, n. 5, p. 418-440, 2009.

UZEDA, André. Sem experiência, jovem tem dificuldade para encontrar primeiro emprego. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19 set. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/09/1518242-sem-experiencia-jovem-tem-dificuldade-para-encontrar-1-emprego.shtml>>. Acesso em: 19 set. 2015.

VOLPI, Mário; SILVA, Maria de Salete; RIBEIRO, Julia (Org.). **10 desafios do ensino médio no Brasil**: para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos. Brasília, DF: Unicef, 2014. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/10desafios_ensino_medio.pdf> Acesso em: 5 set. 2015.